

O RETORNO DE EXILADAS AO CHILE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1987-1990)

The return of exiles to Chile and their contributions to the feminist movements and the process of democratic transition (1987-1990)

Iasmin do Prado Gomes*

Recebido em: 20/02/2025

Aprovado em: 02/06/2025

Resumo: Neste trabalho, investigaremos como o retorno de exiladas ao Chile contribuiu para os movimentos feministas e a transição democrática do país. Além disso, abordaremos as suas trajetórias, ações políticas e produções intelectuais em articulação com o *Instituto de la Mujer*, fundado em 1987, e a *Concertación de Mujeres por la Democracia* de 1988, enfatizando como essas organizações atuaram em face dos processos mencionados anteriormente. Entre os nossos objetivos estão, salientar o quanto áreas como exílio, feminismo e política se articularam em contexto de luta contra o Estado ditatorial e mobilizações pela abertura à democracia.

Palavras-chave: exiladas chilenas; movimentos feministas; transição democrática.

Abstract: In this paper, we will investigate how the return of exiles to Chile contributed to feminist movements and the country's democratic transition. In addition, we will address their trajectories, political actions and intellectual productions in conjunction with the Instituto de la Mujer, founded in 1987, and

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Iasmin.gomes@estudante.ufjf.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0401-3883>

the Concertación de Mujeres por la Democracia of 1988, emphasizing how these organizations acted in the face of the processes mentioned above. Our objectives include highlighting how areas such as exile, feminism and politics were articulated in the context of the struggle against the dictatorial State and mobilizations for openness to democracy.

| 335

Keywords: Chilean exiles; feminist movements; democratic transition.

Introdução

Os exílios políticos consistem em um fenômeno que já foi concebido como natural e comum da América Latina, não necessitando de maiores formulações teóricas (YANKELEVICH, 2011). No entanto, os processos de independência da região no século XIX atribuíram maior significado político ao termo. Já com as ditaduras militares da segunda metade do século XX, o caráter massivo e transnacional dessas experiências foi muito debatido, proporcionando espaços para o desenvolvimento de novos estudos sobre a temática em concomitância com a literatura, o cinema, os impressos e outras áreas (YANKELEVICH, 2011). Estes trabalhos demonstram o quanto os exílios latino-americanos são caracterizados pela reformulação de projetos políticos individuais e coletivos e formação de redes de intelectualidade e sociabilidade em meio às ideias em trânsito.

O exílio chileno, objeto de nosso trabalho, contou com inúmeros elementos massivos e populares em sua constituição, afinal, foram exilados sindicalistas, camponeses, senadores, deputados, dirigentes partidários, ativistas, trabalhadores urbanos e diversos indivíduos cujas trajetórias se conectam com esses grupos. O governo da Unidade Popular¹, interrompido pelo golpe de 11 de

¹ A Unidade Popular foi uma coalizão de partidos de esquerda que apoiou a candidatura de Salvador Allende. Entre eles, temos o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista (PC), o Partido Radical (PR), o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), a Ação Popular Independente (API), o Partido Social Democrata (PSD) e a Esquerda Cristã (EC).

Fonte: Reflexões sobre a experiência do governo da Unidade Popular chileno (1970-1973). Disponível em: <https://teoriadebate.org.br/2018/06/20/%EF%BB%BFreflexoes-sobre-a-experiencia-do-governo-da-unidade-popular-chileno>.

setembro de 1973, representou um momento de esperanças para as esquerdas latino-americanas e contou com o apoio de segmentos comunistas e sociais democratas de outros continentes, o que permitiu que exiladas e exilados fossem recebidas/os em diversas partes do mundo (YANKELEVICH, 2011).

Argentina, Canadá, Espanha, França, México, Noruega, Peru e Suécia foram os países que mais receberam exiladas/os chilenas/os. As fontes quantitativas não nos possibilitam ter acesso ao número exato de exiladas e exilados durante a ditadura militar do Chile. Geralmente, a historiografia sobre o tema trabalha com a estimativa entre 200.000 e 400.000 proibições de ingresso ao país no que tange ao período de 1973 a 1987. De acordo com a Oficina Nacional do Retorno e o Serviço Universitário Mundial, foram 200.000 as/os exiladas/os chilenas/os. Para a Liga Chilena de Direitos do Homem 400.000. Já a *Vicaría de la Solidaridad* trabalha com a quantidade de 260.000 (CARTES, 2019). Esses dados, em alguma medida, nos possibilitam indagar a heterogeneidade dos exílios chilenos e a multiplicidade de histórias e fontes que podem ser investigadas a partir desse fenômeno.

No Chile, o exílio foi institucionalizado através de decretos, listagens e demais documentos oficiais. Um exemplo é a Lei 81 de 6 de novembro de 1973 que regulamentou a expulsão de chilenas/os e estrangeiras/os concebidas/os como terroristas e inimigas/os da pátria. De acordo com o documento, esses indivíduos não poderiam retornar ao país sem a autorização do Ministério do Interior. A Lei 604 de agosto de 1974 também pautou o exílio, o que nos permite afirmar que o ato de expulsão foi realizado desde o início do governo ditatorial de Augusto Pinochet, assumindo um caráter altamente político e se constituindo como uma prática oficial do Estado (JAMMET-ARIAS, 2018).

Para Carolina Espinoza (2019), os estudos que englobam o exílio chileno objetivam, de modo geral, investigar as experiências das/os exiladas/os com o auxílio da área de psicologia, sobretudo na conjuntura de retorno ao país de origem e das problemáticas de integração sócio econômica no processo democrático após 1990. Um outro assunto consideravelmente explorado é a

produção cultural realizada por exiladas/os nos países receptores. Porém, no que diz respeito às atuações de mulheres no exílio, aspectos testemunhais, biográficos e psicossociais são analisados em menor ênfase. Essa questão limita importantes perspectivas de análise que conectam os âmbitos público e privado, enfatizando como as exiladas chilenas criticaram o espaço de subalternidade imposto a elas socialmente e historicamente.

Destacamos que de acordo com os documentos oficiais da Oficina Nacional de Retorno (1991), 30% da comunidade chilena exilada era formada por mulheres, informação que fortifica a tese de que a presença feminina no exílio não é inexpressiva e justifica a relevância historiográfica e social deste trabalho e de outros que almejam contribuir com a historiografia sobre a temática, ampliando e complexificando abordagens (CARTES, 2019). Estudos sobre o assunto salientam que as exiladas chilenas vivenciaram problemas que comportam a necessidade de aprender um novo idioma, o mercado de trabalho, a criação dos filhos, a procura por formação profissional, a desintegração do núcleo familiar e a instabilidade financeira e psicológica nos países que as receberam. Grande parte prosseguiu com a militância e ativismo iniciado no Chile, sendo essenciais para a luta política desenvolvida no exterior. Uma das atividades realizadas foram as campanhas de arrecadação financeira para os partidos políticos que exerciam as suas funções na ilegalidade (BRITO; VASQUEZ, 2007; CARTES, 2019).

Las mujeres que militaron en partidos políticos chilenos en el exilio, trabajaban organizando eventos para recaudar fondos y enviarlos a los partidos chilenos en la clandestinidad. Cada filial del partido en el país receptor, tenía un objetivo definido. Además de la organización interna, las mujeres participaron en las comisiones de prensa y de activismo, porque en tiempos en que no existía Internet, toda la difusión estaba en los medios de comunicación, que cubrían la actualidad de Chile y las acciones de denuncia que se realizaban constantemente desde el exilio (CARTES, 2019, p.177).

Apesar de homens e mulheres passarem por etapas semelhantes durante o exílio, as experiências exclusivas de cada gênero corroboram para que cada grupo outorgue significados distintos a esses processos. Portanto, é impossível compreender a complexidade dos exílios sem levar em consideração a forma

específica como as mulheres o vivenciaram. Embora ambos os gêneros compartilhem de um imaginário social similar, o significado que as mulheres conferem a essa experiência como grupo social é distinta da dos homens (BRITO; VASQUEZ, 2007, p. 16). É claro que ao realizarmos a análise também devemos nos atentar para o fato de que as mulheres que compunham a comunidade chilena exilada não implicam em um modelo homogêneo de sexualidade, raça, classe e religião. Logo, outras categorias precisam ser observadas em concomitância².

Neste trabalho, analisaremos o exílio chileno através da categoria de gênero; almejando romper com a centralização do sujeito universal masculino existente na historiografia. Ressaltamos que os estudos sobre os exílios femininos perpassam uma gama de complexidades em relação aos aspectos psicossociais e históricos que caracterizam as experiências de sujeitas exiladas. Em nosso caso, as que encontraram na militância feminista/política um mecanismo de emancipação individual e coletiva. O nosso objeto consiste em investigar o quanto as trajetórias e produções intelectuais construídas por exiladas chilenas e o envolvimento com o *Instituto de la Mujer* e a *Concertación de Mujeres por la Democracia* corroboraram com o fortalecimento dos movimentos feministas e o processo de transição democrática de seu país. Algumas dessas mulheres são Josefina Rossetti, Adriana Muñoz, Núria Núñez e Catalina Palma.

Compreendemos que a revista *Mensaje* é a fonte mobilizadora dessa pesquisa porque foram a partir de suas publicações que construímos o nosso objeto de análise. No entanto, durante o desenvolvimento da investigação, observamos que as atuações das exiladas para além do impresso foram

² Ressaltamos que hoje existem diversos estudos que evidenciam o quanto a categoria “gênero” é ampla e não pode e deve ser usada como sinônimo de “História das Mulheres”, sendo os trabalhos de Joan Scott (1990) e Judith Butler (2003), duas grandes referências teóricas nesses assuntos. Portanto, explicitamos que quando utilizamos a expressão “identidade de gênero” estamos nos referindo ao grupo “mulheres” que consiste em um corpo social e histórico múltiplo e complexo. Além disso, pautamos que as fontes estudadas nesse trabalho, de certa forma, fomentaram o binarismo de gênero característico dos movimentos feministas das décadas de 1970 e 1980. Na atualidade, sabemos que os gêneros são inúmeros e transpassam a dualidade homem-mulher.

fundamentais para a construção da pesquisa. Por isso, também destacamos como fontes o texto *Sentido de Pertenencia* que aborda a trajetória de Catalina Palma e está disponível no site *Nosotras en Libertad*³. E o testemunho de Núria Núñez (2019) sobre a sua trajetória política e feminista presente no livro *Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional*⁴, apoiado pela *Fundación Instituto de la Mujer* e organizado por Andrea Pequeño Bueno, Isidora Salinas Urrejola e Tamara Vidaurrezaga Aránguizem. O trabalho tem o intuito de retratar as prisões políticas de mulheres do Estádio Nacional do Chile - importante espaço de memória, onde já ocorreram atividades políticas como a celebração da vitória eleitoral de Salvador Allende, o discurso de Fidel Castro em sua visita ao país em 1971 e homenagens ao Prêmio Nobel de Literatura de Pablo Neruda⁵. A investigação contém relatos de sete prisioneiras políticas que experienciaram os horrores orquestrados pelos sistemas de repressão, entre elas, Núria Núñez. No que tange aos nossos estudos sobre a *Concertación Nacional de Mujeres*, enfatizamos a *Declaración Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia* de 1989⁶ e a obra *El género de la transición. Una historia de las políticas públicas con perspectiva de género en los gobiernos de la Concertación* de Patricia Rubio (2012), que foram essenciais para investigarmos os conflitos e alianças que caracterizaram as trajetórias e produções das exiladas chilenas diante desse contexto histórico.

Notamos que grande parte das intelectuais feministas que atuaram em nossas fontes eram brancas, de classe média alta e com acesso ao ensino superior.

³ Sentido de pertenencia. Nosotras en libertad. Disponível em <https://nosotrasenlibertad.com/libroweb/sentido-de-pertenencia/>. Acesso em 27 de maio de 2025.

⁴ NÚÑEZ, Núria. Tú tienes que hacer algo positivo, un aprendizaje de esto y tirar para arriba". In: *Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional*. BUENO, Andrea; URREJOLA, Isidora; ARÁNGUIZ, Proyecto Financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Cultural y las Artes, Fondart Regional, Convocatoria 2018, Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. Fundación Instituto de la Mujer. Jun. 2019, pp.233-258.

⁵ Estádio Nacional (1938-2010). Memoria Chilena. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100628.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

⁶ *Declaración Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia*. Universidad Alberto Hurtado. Disponível em <https://archivopatrimonial.uahurtado.cl/declaracion-concertacion-nacional-de-mujeres-por-la-democracia-2>. Acesso em 15 de maio de 2024

As exiladas cujas as publicações tiveram mais espaço em *Mensaje*, por exemplo, entre elas, Josefina Rossetti, receberam asilo em Paris, a capital da intelectualidade latino-americana exilada. A escritora, tornou-se doutora pela Universidade de Paris em 1984⁷. Já o seu marido, o compositor Vittorio Cintolesi, se deslocou para a cidade pouco tempo depois da consolidação do golpe militar, permanecendo no local até 1981. Provavelmente, o casal foi para a França em datas próximas⁸. Informações que nos possibilitam indagar sobre o status político e socioeconômico que ocupavam na sociedade.

De acordo com as nossas investigações, Josefina Rossetti foi a socióloga chilena e exilada com o maior número de produções materializadas na revista - cinco artigos publicados nas seções intituladas *Sociedad e Hechos y comentarios*. Inclusive, ela é a autora de duas das principais fontes analisadas nesta pesquisa: *El Instituto de la Mujer* (1988) e *La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia - Concertarse para tener una voz en política nacional* (1989).

A intelectual também foi uma das editoras do livro *Patricio Cariola Barroilhet: jesuíta inovador en educación y creador de consensos*, subsidiado pelo Centro de Investigación e Desenvolvimento da Educação (CIDE) e a Universidade Alberto Hurtado. Essas organizações se relacionam com uma outra publicação de sua autoria: *Educación y subordinación de las mujeres*. A universidade recebe esse nome em homenagem ao jesuíta Padre Hurtado, criador de *Mensaje* e grande personagem da Igreja Católica Chilena. Inclusive, um estudo de Josefina Rossetti e Patricio Cariola sobre a inserção de exilados no mercado de trabalho e o retorno ao país de origem estava digitalizado no repositório da instituição. Este foi divulgado na revista por meio de um texto de Josefina

⁷ Orcid Josefina Rossetti. Disponível em <https://orcid.org/0000-0003-2109-0853>. Acesso em 12 de fevereiro de 2025.

⁸ Música Teatral. Vittorio Cintolesi Ruz. Disponível em <http://www.musicateatral.cl/vittorio-cintolesi-ruz/>. Acesso em 05 de março de 2023.

Rossetti publicado em 1986: *El problema del retorno*. Um dos poucos trabalhos sobre o exílio escritos por uma mulher.⁹

| 341

De acordo com García (2012), cerca de 41% da comunidade chilena exilada na França era integrada por mulheres. Os dados justificam a importância de se investigar os impactos da identidade de gênero em um cenário onde existiam formações de redes de sociabilidade e intensa circulação de ideias. O governo de Georges Pompidou recebeu as exiladas chilenas na França com um documento de boas-vindas que concedeu aos exiladas/os um mecanismo de acesso à indumentárias, casas de acolhimento, educação para os filhos, ensino de francês e, em determinados casos, um trabalho análogo ao praticado no Chile (CARTES, 2019). Parcela significativa delas conseguiu asilo no país através da política de reagrupação familiar, fato que revela que a concepção de núcleo familiar assumiu centralidade no exílio de chilenas (JAMMET-ARIAS, 2018).

Em 4 de novembro de 1973, os primeiros exilados chilenos chegaram a Paris. Em 1974, esse fluxo se tornou contínuo. No total, cerca de 15.000 chilenas/os obtiveram o status de refugiadas/os. Várias/os viveram em outros lugares antes de se estabelecer na capital francesa; apenas 37% dos homens e 50% das mulheres vieram diretamente do Chile. Esses exílios iniciais se deram na América Latina, mas esse processo foi interrompido à medida que as ditaduras militares se consolidaram na região (JAMMET-ARIAS, 2018).

Devido ao autoritarismo em expansão no continente americano, muitas/os exiladas/os foram para a Europa. Na Suécia, por exemplo, mais de 5.000 chilenas/os foram acolhidas/os sob o governo do social-democrata Olof Palme. Sua integração na sociedade ocorreu a partir de políticas de imigração que garantiram algumas condições básicas de sobrevivência. Na Bélgica, também foi criado um plano de acolhimento que ofereceu auxílios em relação à continuidade aos estudos iniciados no Chile. Nesses primeiros processos de deslocamento, as

⁹ Patricio Cariola Barroilhet: *jesuíta inovador en educación y creador de consensos*. RIL Editores. Disponível em <https://rileditores.com/producto/patricio-cariola-barroilhet-jesuita-innovador-en-educacion-y-creador-de-consensos/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2025.

organizações de direitos humanos e de solidariedade internacional desempenharam uma função fundamental para a recepção da comunidade exilada (CARTES, 2019). Isso não diminui o impacto significativo que o exílio teve na América Latina. Na Costa Rica, por exemplo, foram asiladas/os cerca de 3.000 exiladas/os, sendo que parte considerável desse grupo se inseriu nos setores de arte e academia do país. Diversas mulheres chilenas exiladas encontraram caminhos de realização política e integração no espaço público por meio dessas oportunidades (ROJAS, 2007).

Analisar as trajetórias e produções das mulheres exiladas e reconhecê-las como sujeitas históricas implica resgatar os dados contextualizados e desenvolver problematizações que considerem seus impactos historiográficos e sociais. As reivindicações por narrativas que incluam as experiências femininas, construídas por feministas e exiladas que serão discutidas aqui, refletem uma necessidade mais ampla de pesquisas de gênero e de histórias que foram silenciadas pela predominância do sujeito universal histórico cis, masculino, branco, heterossexual e sem deficiência.

Mensaje e a ditadura militar

A fonte mobilizadora de nossa investigação é uma revista católica, fundada em 1951 pelo jesuíta Padre Hurtado. Um de seus objetivos consiste em disseminar para o seu público as conjunturas nacional e internacional de maneira crítica e cristã, assumindo uma responsabilidade com o pensamento crítico e a comunidade eclesiástica e intelectual. No que tange ao aspecto ideológico, se posicionou publicamente como adepta do humanismo cristão - uma alternativa ao comunismo ateu e ao capitalismo explorador. Nossas investigações nos permitem afirmar que durante a sua história, foi influenciada pela Teologia da Libertação - movimento que aproximou esquerdas e setores da Igreja Católica (LOWY, 2016). No entanto, construiu um corpo editorial diverso que se conectou com grupos de outras correntes políticas, sendo os democratas cristãos um deles.

O impresso ainda está em funcionamento no Chile e até o momento publicou setecentos e trinta e seis (736) edições e três (3) livros intitulados *Los sabores de la historia* (1951-1962), *Esperanzas y quiebres en la historia* (1963-1974) e *Silencios y Reencuentros* (1975-1988), que integram a coletânea *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje* e podem ser adquiridos em sua página oficial¹⁰. As produções examinadas nesta pesquisa foram consultadas em seu arquivo digital e no da Biblioteca da Universidade Padre Hurtado. No decorrer de nosso recorte temporal, *Mensaje* fomentou discussões sobre política, religião, economia, história, cultura e literatura. Por isso, ao longo dos tempos, publicou seções diversas, sendo que os materiais de nossa análise encontram-se, sobretudo, nas seções *Hechos y Comentarios*, *Sociedad*, *Literatura* e *Cultura*.

Mensaje não foi fechada diante do período de vigor do Estado ditatorial (1973-1990), mas sofreu várias ameaças e repressões orquestradas pela estrutura autoritária de Augusto Pinochet. Algumas delas foram boicotes nos correios, perdas de patrocínios e a prisão do seu diretor Renato Hevia, devido à censura do Ministro do Interior a um editorial que questionava a polícia política do governo¹¹.

Da mesma forma que outros projetos de comunicação, alterou a sua estética em relação à qualidade do papel, quantidade de páginas, fotografias, letras e cores. No início da década de 1980 foi vendida por 120 CLP\$ (pesos chilenos) e, ao fim dela, o seu valor ultrapassou 300. É digno de nota que, em meados de 1980, o salário mínimo do Chile era de 11.335 CLP\$; sofrendo alterações para 15.488 em fevereiro de 1989 e 18.000 em junho do mesmo ano¹².

¹⁰ Site oficial da *Revista Mensaje*. Disponível em <https://www.mensaje.cl/sobre-nosotros/>. Acesso em 24 de abril de 2024.

¹¹ Informações presentes nas edições de aniversário da revista *Mensaje* publicadas após o período ditatorial. Ao que tudo indica, os dados não foram inteiramente publicizados em momentos anteriores por causa da repressão.

¹² Decreto Ley 670. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=6273>. Acesso em 13 de agosto de 2024.

A revista recebeu inscrições nacionais e internacionais e era comercializada em bancas. Infelizmente, não tivemos acesso à recepção entre esses leitores.¹³

| 344

O impresso retratou a experiência do exílio em suas páginas e exiladas e exilados integraram o seu corpo editorial. É importante para a nossa investigação salientar que muitas das intelectuais feministas que escreveram para a fonte, contribuíram para a escrita da História das Mulheres do Chile e para a fermentação de projetos como o *Instituto de la Mujer* e a *Concertación de Mujeres por la Democracia* que serão abordados neste artigo.

Ressaltamos que muitas das intelectuais exiladas e/ou feministas atuantes em *Mensaje* eram cristãs e tiveram os seus trabalhos financiados por órgãos da Igreja Católica - provavelmente a instituição chilena que conquistou maior respaldo jurídico, institucional e moral em relação às críticas expressas contra as violações aos direitos humanos realizadas pelos militares (CRUZ, 2015). Dessa forma, a tutela e o subsídio de organismos católicos implicava em certa proteção para essas sujeitas. Inclusive, para muitas delas, significava uma questão de sobrevivência perante a máquina de terror orquestrada pela ditadura e perpetuada por mecanismos autoritários como a Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor¹⁴. É difícil definir em qual proporção as produções de nossa investigação transpassaram os controles dos editores da revista e da censura do governo.

Instituto de la Mujer

¹³ BELMAR, Luis; LEIVA, Miguel; MENARES, René. *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: silencios y reencuentros (1975-1988)*. Edição Revista *Mensaje*, Santiago do Chile, jul. 2015.

¹⁴ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) disseminou a ideia anticomunista de combate ao inimigo interno, expresso nas figuras de militantes de esquerda e/ou demais indivíduos contrários às ditaduras militares do continente americano. Já a Operação Condor (1975-1983) se caracterizou como uma aliança secreta e repressiva orquestrada pelos Estados autoritários de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai que contou com a participação da Central de Inteligência Americana (CIA) (ORTIZ; OSORIO, 2015).

Normalmente, os movimentos feministas que lutaram contra a ditadura militar chilena são caracterizados por três etapas. A primeira se destaca pela ênfase na defesa da vida e a da justiça no que tange à violação aos direitos humanos protagonizada pelo Estado. Já no final dos anos 1970 e início dos 1980, articularam os primeiros grupos feministas e encontros de mulheres da América Latina e do Caribe, fase marcada por reivindicações majoritariamente femininas. No entanto, durante o período de 1982 e 1986, construíram intensas mobilizações públicas de denúncia do autoritarismo, expandiram as redes com os feminismos latino-americanos e formaram importantes coordenadoras de grupos de mulheres (WOITOWICZP; PEDRO, 2009).

Diante desse contexto histórico e político de crescimento e fortalecimento dos movimentos feministas da região latina, foram desenvolvidas várias publicações impressas que almejavam discutir sobre as realidades das mulheres e romper com as opressões que as infringiam nos âmbitos público e privado da sociedade, entendendo que o “pessoal é político”. Por isso, teorizar a “condição feminina” e possibilitar o resgate e a valorização da História das Mulheres no Chile foi entendido como uma ferramenta de formação da consciência feminista e política das mulheres e crítica ao sistema capitalista-patriarcal materializado na imagem do ditador Augusto Pinochet. Nesse processo, escrever e produzir uma ciência feminista se comportou como ato de luta, existência pública e reconhecimento do corpo social mulheres enquanto agentes históricas capazes de promover transformações sociais (KIRKWOOD, 1982; VALDÉS, 1987). Julieta Kirkwood, a grande liderança intelectual desse movimento argumentou que:

La recuperación de la historia femenina no escrita, desde una perspectiva que asuma su virtual liberación, nos permitirá entender mejor el por qué y el cómo de su opresión y emprender la búsqueda de los significados y los mecanismos de autosustentación de dicha opresión (KIRKWOOD, 1986, p. 27).

Uma organização muito importante que contribuiu para esse processo é o *Círculo de Estudios de la Mujer* (1979-1983), subsidiado pela *Academia de Humanismo Cristiano* - criada pela Igreja Católica em 1975 com o intuito de

financiar estudos acadêmicos articulados às ciências sociais que foram censurados pelos militares. Grande parcela das integrantes do *Círculo* correspondia a mulheres acadêmicas cujos trabalhos foram perseguidos pelos mecanismos de repressão. A instituição foi essencial no que diz respeito à escrita da História das Mulheres do Chile e da promoção de encontros de conscientização feminina. Julieta Kirkwood foi uma de suas componentes (MARQUES, 2011).

Destacamos que a intelectual auxiliou na formação do MEMCH83 (*Movimiento Pró Emancipación de la Mujer Chilena*) em 1983 que objetivava um resgate histórico do MEMCH de 1935. Esse foi fundamental para a conquista do direito ao voto feminino em 1949 e altamente homenageado pelas feministas que se posicionaram contra o Estado autoritário. O grupo *Mujeres por la vida* de 1983, também é um dos organismos que atuaram em combate à ditadura e a favor da transição democrática. De forma geral, as suas integrantes, defenderam a política de valorização da vida em contraposição à política da morte imposta pelos militares. Foi disseminada a linha ideológica de consenso político em nome da democracia e a concepção de que as mulheres comportam um ator social forte e político de seu espaço-tempo (VALDÉS, 1987). Outras organizações importantes são a *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos* e o *Mujeres Democráticas*, que desenvolveram apoio financeiro para familiares de vítimas da ditadura. Da mesma forma que o *Círculo de Estudios*, outros grupos de mulheres que se articularam com a hierarquia eclesiástica foram construídos, devido ao neoliberalismo em vigor, muitos deles promoveram projetos como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e oficinas de artesanato (OLIVEIRA, 2024).

Como apontado anteriormente, as exiladas chilenas participaram desses grupos de mulheres, seja no exílio ou em seu retorno ao país de origem. De acordo com Cartes (2019), o retorno de exiladas ao Chile, caracterizou-se por expectativas frustradas e busca por adaptação e socialização em uma sociedade cujos valores se transformaram no decorrer dos anos vividos nos países receptores. Outro ponto importante é que parcela dos amigos e familiares dessas

sujeitas estavam mortos, presos ou desaparecidos devido às violações aos direitos humanos cometidas pelos militares. Portanto, era preciso reformular os seus círculos sociais e profissionais e retomar projetos interrompidos pelo golpe. Um dos motivos que explicam a solidariedade entre exiladas que voltaram ao Chile e fundaram associações integradas por mulheres é este sentimento de recomeço e desamparo ocasionado pela nova realidade.

Um artigo que contempla a conjuntura é *El Instituto de la Mujer* escrito por Josefina Rossetti (1988). Suas duas páginas foram publicadas em 1988 na seção *Hechos y comentarios de Mensaje* e trazem uma entrevista com Soledad Larraín (1988), psicóloga com especialização em saúde mental ocupacional e diretora do *Instituto de la Mujer*. É digno de nota que o material comporta uma foto de um grupo de mulheres mobilizadas coletivamente, o que ressalta o caráter de grupo e união entre sujeitas organizadas em prol da emancipação feminina e a luta pela democracia. Ao que tudo indica, uma escolha editorial que conversa com a frase de destaque presente no início do artigo "Un grupo de mujeres se organiza para influir en el quehacer nacional"¹⁵.

De acordo com a profissional entrevistada, as agrupações de mulheres de origem feminista e progressista eram pouco conhecidas, pois se levamos em consideração o cenário chileno, a porcentagem de mulheres envolvidas nessas ações ainda eram pequenas. Outro ponto levantado foi que desde os fins da década de 1970, essas agentes estavam imersas em atividades que evidenciaram a sua alta capacidade de organização. Essa afirmação evidencia que a história do *Instituto* se conecta com as fases dos feminismos chilenos que lutaram contra a ditadura e denuncia o silêncio atribuído às organizações de mulheres no contexto político do país.

Soledad Larraín (1988) estava ciente de que o *Instituto de la Mujer* atuava em conjunto com as mobilizações contra o autoritarismo protagonizadas por mulheres ao longo dos anos. Acrescentou que a instituição não governamental

¹⁵ El Instituto de la Mujer. Mensaje, n.369, junho, 1988, p.225.

objetivava dialogar com conhecimentos e experiências adquiridos no decorrer do exercício das ações femininas que contemplavam as demandas nacionais. Além disso, almejava corroborar para a elaboração de políticas públicas que buscavam romper com as inúmeras maneiras de discriminações que acometiam as mulheres. Ao que tudo indica, os propósitos e ações da organização, se distanciaram dos ideais revolucionários defendidos pelas próprias exiladas em conjunturas históricas anteriores; optando pela inserção em espaços como ONG's e cargos políticos/públicos. Algo que não é isolado se levarmos em consideração o cenário da época, muito pelo contrário, esse percurso foi seguido por grande parte dos movimentos feministas chilenos que buscaram a integração das mulheres à democracia (RICHARD, 2001).

O *Instituto* buscava oferecer iniciativas que valorizassem a participação do público feminino nas áreas de saúde, trabalho e política, com ênfase nos desenvolvimentos regional e nacional. A sua principal missão consistia em fortalecer instrumentos de ação e disseminação de informações, promovendo capacitação e cursos que visavam atender sujeitas de divergentes realidades socioeconômicas. Um dos programas disponibilizados englobou o comportamento reprodutivo de mulheres de diversas gerações e grupos sociais. Assim como outras organizações feministas da época, o *Instituto* contribuiu para aumentar e incentivar a atuação feminina em espaços públicos.

El Instituto de la Mujer tiene la intención de incidir sobre la cultura política de la población femenina. Está en curso un proyecto sobre el comportamiento político de las mujeres en las capas medias urbanas. Se pretende incentivar la participación de las mujeres en política y preparar a mujeres para desempeñarse en dicho campo (ROSSETTI, Mensaje, n.369, p.226).

Parcela significativa das integrantes da organização eram socialistas, mas a entrevistada, destacou o seu caráter autônomo e apartidário. Afinal, outra finalidade do *Instituto* correspondia em ampliar os serviços para acolher mulheres de diferentes correntes políticas e feministas. Sobre o funcionamento interno, foi dito que a instituição procurou harmonizar a democracia igualitária promovida pelos movimentos feministas com a hierarquia indispensável para implementá-la. A direção coletiva também foi enfatizada, Adriana Muñoz,

Catalina Palma, Natacha Molina e Núria Núñez compunham a liderança conjunta com Larraín.

| 349

Observamos que as tensões entre feminismo e política não foram levantadas pela fonte, inclusive as que podem ter ocorrido entre as próprias integrantes do *Instituto*. Os conflitos que aconteceram no interior dos partidos políticos que atuavam também não foram mencionados. A ideia de direção coletiva e unidade característica da narrativa corrobora com o imaginário político da época que almejava reunir uma frente ampla partidária em nome do processo democrático chileno. Nota-se que as exiladas participam da construção da organização a partir do caminho da conciliação e da institucionalidade.

O texto de Josefina Rossetti (1988), somente cita os nomes dessas mulheres, porém julgamos importante procurar mais informações sobre elas, assim como fizemos com outras personagens femininas atuantes em *Mensaje*. A socióloga chilena, Adriana Muñoz (1948), fundadora do *Instituto de la Mujer*, por exemplo, construiu uma carreira política destacável. Em 1967, ingressou no Partido Socialista do Chile (PS) e já no ano de 1973 atuou em órgãos que pautavam a reforma agrária e a capacitação campesina. O golpe militar, fez com que se exilasse em Viena, capital da Áustria, até 1982¹⁶.

Ao retornar ao Chile, trabalhou como pesquisadora nos seguintes projetos: *Formas de Inserción de la Mujer de Sectores Populares al Trabajo Informal Urbano*, *Apoyo Talleres Productivos Mujeres Pobladoras* e *Centro de Capacitación Tecnológico para la Mujer*, todos articulados com o *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM). Em 1987, participou da fundação do *Partido por la Democracia* (PPD), ocupando o cargo de vice-presidente nos anos iniciais da década de 1990. Entre 1988 e 1990, exerceu a presidência da Federação de Mulheres Socialistas. Nos anos de 1997 e 1999, integrou o conselho diretivo da *Concertación de Mujeres por la Democracia*, da qual exploraremos mais logo

¹⁶ Adriana Muñoz D'Albora. Reseñas biográficas parlamentarias. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Adriana_Mu%C3%B1oz_D'Albora. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

adiante. De acordo com a Biblioteca do Congresso Nacional do Chile, tornou-se a primeira mulher a presidir a Câmara de Deputados do país em 2002.¹⁷

| 350

A trajetória feminista e política de Adriana Muñoz sustenta a nossa hipótese de que o retorno de exiladas chilenas foi fundamental para a articulação entre os exílios e os movimentos feministas. Ademais, reforça como as agentes atuantes em *Mensaje* contribuíram para os debates nacionais e internacionais no que tange ao processo de abertura democrática. É importante mencionar que Adriana Muñoz se tornou senadora e deputada na história recente do Chile, o que nos leva a concluir que alguns dos objetivos dessas mulheres foram alcançados, representando conquistas históricas para grupos que lutam pela emancipação nos dias de hoje¹⁸. Portanto, é essencial reconhecer como as ações das exiladas chilenas contribuíram para os feminismos contemporâneos, seja por meio da militância socialista ou na formulação de políticas públicas e teorias de gênero. Como ressalta Dora Barrancos (2022):

Não se pode ignorar que a volta dos exilados foi um combustível singular para o renascimento do feminismo chileno. E não há dúvida de que o novo século trouxe mais associações de mulheres e suas repercussões na vida acadêmica, embora não tenham faltado análises precursoras sobre a participação feminina. Foram iniciados programas voltados para a mulher, como o Centro de Estudos da Mulher (CEM) na Academia de Humanismo Cristão e, posteriormente, o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Cieg) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile. Mais tarde se criou o mestrado em Estudos de Gênero e Cultura, com duas unidades, nessa Faculdade e na de Ciências Humanas. O território chileno tem sido palco de um movimento feminista diversificado, com apontamentos pioneiros na região latino-americana (BARRANCOS, 2022, pp.171-172).

Em um testemunho disponível no site *Nosotras en Libertad*¹⁹, Catalina Palma, outra componente do *Instituto de la Mujer* citada por Soledad Larraín (1988), partilhou um pouco sobre a sua história. Militante do Partido Socialista do Chile (PS), ela foi exilada em países como Argentina, Estados Unidos e Inglaterra. Em seu relato pessoal, ressaltou que o idioma foi uma das dificuldades

¹⁷ Idem

¹⁸ Idem

¹⁹ Sentido de pertenencia. *Nosotras en libertad*. Disponível em <https://nosotrasenlibertad.com/libroweb/sentido-de-pertenencia/>. Acesso em 27 de maio de 2025.

encontradas durante o exílio, e o sentimento de pertencimento como uma das emoções vividas nesse percurso.

| 351

Em 1983, Catalina Palma, retornou ao Chile e teve contato com o Partido Socialista (PS) por meio da *Secretaria de la Mujer*. Além disso, recebeu subsídio da *Vicaría de la Solidaridad* para desenvolver o projeto *Mujer y Desarrollo Local* que objetivava investigar a realidade social das mulheres chilenas, inclusive as que habitavam as *poblaciones* - os bairros periféricos chilenos. Em seu depoimento, ela mencionou que:

(...) En la Vicaría Oriente conocí un grupo de mujeres increíbles, comprometidas con la justicia y los DDHH hasta la médula. La Vero, la Mirta, la Ana María y la Gloria me acogieron y me orientaron para la implementación de mi proyecto. Así llegué a la Villa O'Higgins de la comuna de La Florida, en Santiago, donde me contacté con las mujeres que dirigían ollas comunes, amasanderías populares, talleres de arpilleras y talleres solidarios que ellas habían levantado para poder paliar el hambre, el desempleo y la pobreza de sus familias y comunidades (PALMA, Nosotras en libertad, 2022).

Catalina Palma (2022) não foi a única das intelectuais feministas e exiladas que estabeleceu diálogos com mulheres chilenas de classes historicamente subalternizadas. Teresa Valdés (1987), uma das grandes lideranças teóricas dos feminismos chilenos dos anos 1980, percorreu uma trajetória política e intelectual similar. Em sua obra, *Las mujeres y la dictadura militar en Chile* (1987), argumentou que as mulheres populares foram as que mais sofreram no período ditatorial porque enfrentavam as dificuldades de gênero, a repressão protagonizada pelos militares e o neoliberalismo fortificado pela Constituição de 1980. Outro trabalho da autora que aborda esse assunto é, *Mujeres que sueñan: las organizaciones de pobladoras en Chile: 1973-1989*, escrito em conjunto com Marisa Weinstein (1993).

Para Palma (2022), as mobilizações de mulheres e movimentos sociais de *pobladores*, consolidadas no início da década de 1980 foram muito importantes para a política chilena. Pois, esses setores denunciaram as violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado ditatorial, atuaram na construção de redes internas e externas ao Chile, na promoção da solidariedade internacional e em ações da Igreja Católica. O depoimento, evidencia que o seu retorno corroborou

para a implementação de projetos sobre a identidade de gênero em acordo com a *Vicaría de lá Solidaridad*, e a formação do *Instituto de la Mujer*, ambas as instituições alcançaram participação notável no que tange ao apoio às lutas do povo chileno.

Entre los años 1980 y 1983 surgieron varias ONG's de mujeres. Empezaba un movimiento de protesta en el que las mujeres y el movimiento social de las y los pobladores fueron protagonistas. Fuimos testigos y parte de los masivos caceroleos, de las denuncias de los horrores de la dictadura, de la sintonía de las redes, tanto nacionales como en el extranjero, del rol comprometido de la Iglesia católica y de la solidaridad internacional (PALMA, Nosotras en libertad, 2022).

A própria Catalina Palma (2022) afirmou que várias exiladas tiveram a oportunidade de se inserir no *Instituto de la Mujer*, o que indica que elas prosseguiram com a militância iniciada antes do exílio e no decorrer dessa experiência. Observa-se o quanto o exílio implica em despedidas e rupturas em relação à planos, ideologias e indivíduos queridos e, ao mesmo tempo, recomeços e reencontros. O texto de Josefina Rossetti (1988) expôs que o *Instituto* também foi um espaço de sociabilidade e encontros entre mulheres, fomentando debates sobre cultura e política. Aspecto que sinaliza o seu intuito de proporcionar um ambiente de acolhida e integração, provavelmente um modo de socialização próximo aos grupos de consciência feminina elaborados por exiladas e/ou feministas latino-americanas que lutaram contra as ditaduras militares (PEDRO, 2001).

Posterior a la visita del Papa en Chile se terminó con el programa de la mujer de la Vicaría. Entonces, me volqué a la idea que traía de Gran Bretaña: crear la Comisión de Igualdad de Oportunidades. Era el año 1985. Esta idea se concretó, finalmente, al año siguiente con la creación del Instituto de la Mujer. Junto con una compañera que vivía en Berlín y mi amiga Nani Muñoz -hoy presidenta del Senado de la República- iniciamos los primeros pasos e invitamos a otras más. Fue un proyecto que apoyó todo el proceso de institucionalización de la organización de las mujeres chilenas y que se cristalizó en el Servicio Nacional de la Mujer. Muchas mujeres, amigas y compañeras, que venían retornando, pudieron insertarse a través del Instituto. Al mismo tiempo, otras mujeres que habían permanecido en el país pero excluidas del sistema, encontraron su espacio de acogida y de trabajo (PALMA, Nosotras en libertad, 2022).

No trecho em ênfase, Catalina Palma (2022) abordou a criação do *Instituto* e sua relação pessoal com Nani Muñoz, solidificando a ideia de que o contato

entre estas sujeitas envolvia os âmbitos profissional e social. Afinal, o trabalho nesse órgão exigia a percepção de subjetividades e histórias, inúmeras vezes, silenciadas pelo autoritarismo de Augusto Pinochet e o patriarcado que imperavam nas estruturas da sociedade chilena. Outro aspecto digno de nota, é a fala da autora sobre a institucionalidade e organização feminina da época. Ressaltamos que problematizar a institucionalização das mulheres na democracia era uma das grandes pautas dos movimentos feministas atuantes neste espaço.

Natacha Molina, também mencionada por Soledad Larraín (1988), foi vice-diretora da *Secretaria Nacional de la Mujer*. A socióloga, foi sócio fundadora do *Instituto de la Mujer* e publicou estudos sobre gênero e democracia no Chile e no exterior, sendo um deles *Lo femenino y lo democrático en el Chile hoy* de 1986²⁰. Nas etapas iniciais de nosso mapeamento das fontes, tivemos dúvida se Molina foi uma exilada. Apesar da não confirmação, acreditamos que sim, por causa das redes de sociabilidade em que estava inserida e pelo fato de ter trabalhado como docente em universidades da Costa Rica e do México em um cenário onde o deslocamento entre países era controlado pelos governos autoritários²¹. No entanto, o depoimento de Núria Núñez (2022), nos confirmou o seu exílio no México. Quanto à provável vivência na Costa Rica, não encontramos informações e documentos.

Um testemunho de Núria Núñez (2019) sobre a sua trajetória política e feminista está disponível no livro *Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional*²², apresentado na introdução desse

²⁰ Referências Bibliográficas de Molina G., Natacha. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-propertyvalue-141741.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

²¹ El adiós de Natacha Molina, una mujer imprescindible. Observatorio Género y Equidad. Disponível em <http://oge.cl/el-adios-de-natacha-molina-una-mujer-imprescindible/>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

²² NÚÑEZ, Núria. Tú tienes que hacer algo positivo, un aprendizaje de esto y tirar para arriba”. In: *Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional*. BUENO, Andrea; URREJOLA, Isidora; ARÁNGUIZ, Proyecto Financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Cultural y

artigo. A sujeita era militante do Partido Socialista (PS) e adepta do governo da Unidade Popular. Após o golpe de 11 de setembro de 1973, foi presa e torturada pelos militares, sendo transferida para alguns centros de detenção, entre eles, o Estádio Nacional. Núria Núñez (2019) foi exilada na Alemanha em 1974. Em seu depoimento, afirmou que vários indivíduos progressistas que moravam no país e viveram no Chile durante o mandato de Salvador Allende, organizaram comitês de apoio ao socialista e os reforçaram com a fortificação da ditadura militar. A exilada se mudou para Berlim Ocidental, sem saber o idioma e sem ter nenhum contato local. Permaneceu por um período de 14 anos na cidade, onde se tornou mãe e ingressou na universidade; escolhendo estudar Psicologia, Ciências Políticas e Literatura.

Na faculdade, se entendeu feminista e realizou estudos sobre mulheres e desenvolvimento. Núria Núñez (2019) é uma das múltiplas exiladas latino-americanas que se tornaram feministas no exílio. O espaço propício à circulação de ideias e trocas com culturas distintas, possibilitou instrumentos para a transformação e reformulação de ideias e concepções da comunidade exilada (BARRANCOS, 2022). Entre elas, a construção da consciência feminista de sujeitas que conheceram teorias e grupos de mulheres no exterior. Vale destacar que até mesmo a configuração do núcleo familiar se modificou no exílio, contribuindo para que diversas mulheres compreendessem com criticidade os papéis historicamente e socialmente atribuídos aos gêneros feminino e masculino (BRITO; VASQUEZ, 2007).

A exilada fundou com outras companheiras um grupo de solidariedade entre mulheres chilenas que também eram prisioneiras políticas e exiladas. O acolhimento e a escuta entre mulheres foi importante para a experiência no exílio destas agentes. Retomamos o fato de que Núria Núñez (2019) foi para Berlim Ocidental sem vínculos estabelecidos na cidade, ou seja, provavelmente se sentiu sozinha e deslocada em diversos momentos do exílio, sobretudo em suas etapas

las Artes, Fondart Regional, Convocatoria 2018, Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. Fundación Instituto de la Mujer. Jun. 2019, pp.233-258.

iniciais. Portanto, receber apoio intelectual e pessoal das companheiras dos movimentos feministas se constituiu em uma maneira de se adaptar à nova vida, reformular planos e identidades.

| 355

La universidad fue un maravillo descubrimiento, allí me hice feminista. Se me abrió el mundo, conocí nuevas cosas, me acerqué a personas diferentes, con historias de vidas muy distintas a la mía, aprendí cosas valiosas de cada uno de ellos. El movimiento feminista alemán estaba en su fuerte apogeo en esa época. Yo soy, en general, una persona curiosa, reviso, miro, leo, estudio; y, entonces, organicé junto a otras un grupo de solidaridad de mujeres chilenas, con las compañeras presas y exiliadas que iban llegando. En este periodo universitario, además, me mezclé más con las alemanas, tengo excelentes amigas allá, compañeras mías de estudio. El movimiento feminista me apoyó mucho en mi desarrollo personal e intelectual, construyó espacios propios, solo para mujeres, que ayudaron al encuentro, la identidad y la creación de demandas (NÚÑEZ, Núria, 2019, p. 254).

Como destacado no trecho, a exilada estabeleceu laços com mulheres alemãs e chilenas. Também se articulou com peruanas e, ao que tudo indica, com outras mulheres latino-americanas que encontraram nos movimentos feministas ferramentas de emancipação política, social e econômica. Núria Núñez (2019) disse que foi durante o Segundo Encontro Feminista Latino-americano (1983) ocorrido em Lima, capital do Peru, que ela, Natacha Molina e Catalina Palma decidiram criar o *Instituto de la Mujer*. Identificadas com o feminismo socialista, elas sentiram a necessidade de construir uma organização de cunho político que explorasse de forma efetiva a conjuntura do contexto chileno. Os resultados decorrentes de nossas investigações, indicam que a crítica destas sujeitas englobava o fato das instituições feministas chilenas da época adotarem um caráter amplo no que tange às preferências políticas e partidárias. Assim, construir uma entidade com caráter socialista seria fundamental para o crescimento e posicionamento da vertente dentro dos movimentos feministas do Chile. Levando em consideração que elas participaram do Partido Socialista (PS), provavelmente acreditaram que deveriam retomar, no processo de abertura democrática, as atividades de militância concebidas como clandestinas e perigosas pela ditadura militar.

A comienzos de los años 80, yo tenía una beca y estaba en Perú, trabajando con las mujeres de los pueblos jóvenes. Nos juntamos un grupo en Lima, para el Segundo Encuentro Feminista Latinoamericano.

Fue Natacha, de México, Catalina de Inglaterra, yo de Alemania, todas feministas socialistas. Éramos todavía militantes del socialismo. A raíz de ese encuentro, nació la idea de gestar el Instituto de la Mujer. Vimos que había varios centros, pero queríamos crear algo nuevo. La Morada existía, al igual que el CEM. Vimos que había un espacio, sentimos que faltaba un feminismo más político que diera cuenta de lo que pasaba en el país, la dictadura, los asesinatos y la desaparición de personas, la pobreza, la exclusión. En base a estos objetivos armamos el Instituto de la Mujer. En esa discusión formamos un grupo de cinco: se sumaron Soledad Larraín y Adriana Muñoz. Luego logramos la personalidad jurídica, organizaciones alemanas nos ayudaron con los primeros financiamientos para empezar a ejecutar proyectos (NÚÑEZ, Núria, 2019, p. 256).

Em 1988, o nome de Núria Núñez (2019) apareceu em uma das listas publicadas pelo governo que autorizava o retorno de exiladas/os ao Chile. Após a escolha de voltar ao país de origem, interrompeu o doutorado em Sociologia iniciado na Alemanha e escolheu se dedicar ao *Instituto* que acabara de entrar em funcionamento. Posteriormente, votou no plebiscito que pôs fim ao mandato autoritário de Augusto Pinochet e continuou vivendo no país de origem, porém o exílio e os demais mecanismos de repressão impostos pelo Estado ditatorial deixaram inúmeras consequências em sua vida e na de seus familiares. Núria Núñez (2019) finalizou o relato afirmando que as mulheres vítimas da ditadura têm que lidar com as marcas desse período histórico por questões psicológicas e de sobrevivência. O testemunho evidencia o quanto o regime de exceção ainda se materializa nas memórias e vivências dos indivíduos perseguidos pelos militares que, ainda na atualidade, carecem de políticas de reparação e justiça histórica.

Desde a sua fundação em 1987, o *Instituto de la Mujer* pensou a inserção da mulher nas esferas públicas e políticas, assim como outras organizações feministas chilenas. “En sus primeros años trabajó abriendo espacios para una participación masiva y protagónica de las mujeres en el proceso de transición a la democracia, sacando a la luz las demandas históricas de las mujeres, quienes junto a sus organizaciones comenzaron a identificarse como actoras políticas y sociales”²³. Sobretudo nos anos finais da ditadura militar de Pinochet, trabalhou

²³ El Instituto de la Mujer. Memoria Chilena. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-545682.html>. Acesso em 17 de fevereiro de 2025.

temas como democracia, desenvolvimento econômico, cultura, família e sexualidade.

| 357

Já em 1991, período em que o Chile passava por uma conjuntura política distinta da ditatorial, prosseguiu com as pautas reivindicadas em momentos anteriores e expressas no slogan *Democracia en el país y en la casa*, conectando os âmbitos público e privado. Houve expansão das atividades organizadas pelo *Instituto*, a articulação com redes internacionais e outras instituições que trabalham com a identidade de gênero, foi uma delas. As ações consolidadas pelo *Instituto*, corroboraram para a fortificação de seu caráter feminista e político que ainda se manifesta nos dias atuais.

Em 2012, o *Instituto de la Mujer*, foi reconhecido pela *Fundación Vidanta* em concomitância com a *Organización de Estados Americanos* e a *Secretaría General Iberoamericana* por sua colaboração para a diminuição da desigualdade na América Latina e no Caribe²⁴. A história desse organismo, reafirma a tese de que muitos dos projetos construídos por exiladas e feministas chilenas durante as décadas de 1970 e 1980, consistem em um legado histórico e social para o povo chileno e latino-americano de maneira geral. Além de explicitar as lutas contra o aparato militar e apoio ao retorno à democracia, salientam a importância de entrelaçar essas demandas com a emancipação das mulheres. Afinal, elas correspondem à metade da população chilena e consistem em sujeitas históricas capazes de promover transformações sociais.

Observa-se que *Mensaje* apresentou o *Instituto de la Mujer* para os seus leitores por meio do texto de Josefina Rossetti (1988), gerando a ideia de que o impresso, almejava romper com o silenciamento sobre os movimentos feministas apontados por Soledad Larraín (1988). O contexto político exigiu que a revista e outros veículos católicos dialogassem com as mobilizações populares porque esses segmentos compunham um dos pilares do processo de democratização em curso no Chile.

²⁴ Idem

A narrativa estética e intelectual materializada no artigo, fomenta a noção de integração entre mulheres em benefício de um futuro mais justo e igualitário. Uma questão que explica esse posicionamento é o fato da linha política socialista das fundadoras do *Instituto de la Mujer* não ter sido explorada por *Mensaje*. Muito pelo contrário, o caráter apartidário e amplo da organização foi ressaltado com o objetivo de agregar mais adeptos ao projeto. Esse sentimento de união e consenso não é exclusivo do impresso, foi alimentado pela comunidade nacional e internacional que se preparava para o plebiscito de outubro de 1988, que votou pelo fim da ditadura militar.

A *Concertación de Partidos por la Democracia*, coalizão composta por forças políticas de centro e de esquerda que acordaram em lançar um único candidato à presidência nas eleições de 1989, o democrata cristão Patricio Aylwin, foi fundamental para o fenômeno. Essa frente ampla era integrada pelos seguintes partidos: Partido Democrata Cristão, Partido Socialista, Partido pela Democracia e Partido Radical Social Democrata.²⁵ Os seus adeptos fomentaram um clima de conciliação entre chilenas/os de divergentes campos sociais, econômicos e políticos, inclusive dentro dos movimentos feministas. Fato que se manifesta no próprio texto de Josefina Rossetti (1988), analisado anteriormente. Destaca-se que ele foi publicado em junho de 1988, alguns meses antes do plebiscito. Ou seja, o artigo contém uma intencionalidade que cumpre o propósito de valorar o sentimento de unidade e coletividade construído de acordo com a conjuntura do Chile. Também destacamos que as exiladas e feministas atuantes em *Mensaje* consistiam em parcela dos agentes que apoiaram ou atuaram diretamente na *Concertación*.

Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia

²⁵ Memoria Chilena, *Concertación de Partidos por la Democracia (1988-2009)*. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-31414.html>. Acesso em 09 de maio de 2024.

Em fins da década de 1980, alguns partidos políticos chilenos retornaram à legalidade, reconfigurando seus programas, agendas e filiações. O processo de abertura democrática iniciado, fomentou um cenário onde debates sobre os próximos caminhos da política institucional do Chile eram constantes e calorosos. Nesse momento, as discussões sobre a inserção feminina nos espaços público e político da sociedade, se tornaram mais presentes nas páginas impressas de *Mensaje*.

Mesmo com a legitimidade e ascensão de partidos políticos e movimentos sociais, muitas mulheres chilenas continuaram sofrendo com o machismo e o patriarcado nos âmbitos das esquerdas. Várias delas concluíram que a sua militância nesses ambientes era limitada em comparação ao caráter autônomo conquistado pelos movimentos feministas no decorrer da ditadura militar. Por esse motivo, defenderam que os grupos de mulheres deveriam prosseguir agindo sem a interferência de partidos políticos. No entanto, outras sujeitas defenderam que a participação em instâncias partidárias e institucionais era imprescindível para a implementação de políticas de gênero a serem incorporadas pela campanha presidencial da *Concertación de Partidos por la Democracia*.

Por isso, foi criada a *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia*, que objetivava atuar junto com a *Concertación de Partidos*, assegurando a participação de mulheres no processo de abertura democrática do Chile. Exiladas chilenas participaram ativamente dessa organização, sendo Josefina Rossetti uma delas. Outro nome que apoiou o projeto é a exilada María Elena Carrera, presidenta das mulheres da Unidade Popular em 1971 e do grupo *Mujeres chilenas en el exilio* com sede em 35 países.²⁶ Observamos como as exiladas acompanharam de forma assídua os processos políticos de seu país.

²⁶ Biblioteca del Congreso Nacional del Chile. María Elena Carrera Villavicencio. Reseñas biográficas parlamentarias. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mar%C3%ADa_Elena_Carrera_Villavicencio. Acesso em 03 de março de 2023.

Museu de la Memoria y los Derechos Humanos. Archivo de Fondos y Colecciones. María Elena Carrera. Disponível em <http://archivomuseodelamemoria.cl/index.php/302866;isad>. Acesso em 03 de março de 2023.

Em junho de 1989, Josefina Rossetti (1989) escreveu para a edição 379 de *Mensaje* o artigo, *La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia - Concertarse para tener una voz en política nacional*. Disponível na seção *Hechos y Comentarios*, o texto de um pouco mais de uma lauda, respaldou o entusiasmo originado pelo resultado do plebiscito e a sua relação com a formação da *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia* (CMD) em dezembro de 1988. Josefina Rossetti (1989) afirmou que o agrupamento:

Se trata de una iniciativa de un conjunto muy amplio de personalidades femeninas ligadas a los partidos políticos de la Concertación de Partidos y a las organizaciones de mujeres. Entre sus objetivos principales figura el lograr una efectiva participación de las mujeres en los niveles de decisión de la sociedad, en especial en el campo político (ROSSETTI, 1989, *Mensaje*, n. 379, p. 220).

É fundamental apontar que a presidenta da organização era Mariana Aylwin, historiadora, integrante do Partido Democrata Cristão e filha do candidato Patricio Aylwin. Em uma entrevista, salientou que depois do triunfo do *No* no plebiscito, ela e outras mulheres organizaram uma frente coordenada por Josefina Rossetti, também da CMD. O objetivo consistia em garantir que as demandas femininas fossem discutidas nos comitês de campanha. Afinal, os movimentos feministas eram autônomos e necessitavam do apoio dos partidos políticos para expandir o seu alcance (RUBIO, 2012).

Para Rossetti (1989), as mulheres se fortaleceram coletivamente e foram fortes e audaciosas durante o Estado ditatorial. Todavia, era essencial a fundação de um organismo que possibilitasse englobar as suas reivindicações à política nacional. A *Concertación* foi caracterizada como um movimento abrangente e massivo composto por um grupo dedicado a trabalhar pelos direitos das mulheres e pelo retorno à democracia. Ressaltamos que a articulação política contou com a adesão de líderes intelectuais e militantes dos movimentos feministas chilenos (RUBIO, 2012):

Así, la CMD, que nació como una plataforma paralela a la naciente Concertación de Partidos por la Democracia, se planteó como un punto medio entre el feminismo movimientista, al aunar a grandes pensadoras y teóricas del Movimiento de Mujeres - como Josefina

Rossetti y Eugenia Hola, entre otras- y su arista partidista, contando con el apoyo de personas como Carmen Frei, María Antonieta Saa y Carmen Serrano, por mencionar solo algunas, y que buscaría representar las demandas del movimiento ante la política oficial que se rearticulaba (RUBIO, 2012, p. 24).

| 361

Em sua produção, Rossetti (1989) enfatizou que a *Concertación* não correspondia à uma medida contra os homens, muito pelo contrário, buscava lutar por benefícios para todo o povo chileno. Acreditamos que o intuito da afirmação era apresentar a frente e ganhar apoio do público de *Mensaje*, rompendo com a ideia errônea de que o princípio feminista implica em odiar os homens. A autora destacou a importância do movimento englobar em seu programa diferentes realidades sociais, reconhecendo que a categoria “mulher” não é homogênea e dialogando com toda a população feminina do Chile. Acrescentou que um dos objetivos da CMD era potencializar um encontro entre sujeitas múltiplas, congregando donas de casa, jovens e agentes de diferentes classes sociais. A fotografia materializada no artigo reafirma a noção de união entre mulheres chilenas e ocupação de espaços públicos e políticos:

Outro ponto abordado foi a autonomia da *Concertación de Mujeres* e seu propósito de trabalhar durante todo o ano de 1989, defendendo a institucionalidade da “mulher” no período democrático e atuando em concomitância com a *Concertación de Partidos*. Josefina Rossetti (1989) também falou do interesse da agrupação em elaborar políticas e programas destinados às mulheres a serem implantados no novo mandato democrático. Ademais, ressaltou que o movimento tinha a intenção de promover a inserção de mulheres na política, tanto em cargos de decisão do governo quanto na administração pública.

Los objetivos que se propone cumplir durante el período mencionado son: definir políticas y programas respecto de la mujer para llevar a cabo en el gobierno democrático; promover figuras femeninas en la política, así como en los puestos de decisión en el gobierno, la administración pública y el gobierno local; procurar que el trabajo político que se realice con las mujeres por la candidatura presidencial y durante la campaña parlamentaria de siempre cabida a una discusión y formación respecto de los derechos de la mujer; crear un lenguaje político con un sello propio que permita llegar a todas las mujeres del país, con sensibilidad, humor y imaginación (ROSSETTI, Mensaje, n.379: 220-221, 1989).

Como era de se esperar, a proximidade entre movimentos feministas e partidos políticos não foi bem recebida por todos os setores da sociedade chilena. A *Concertación de Mujeres por la Democracia* não era um consenso entre as próprias feministas. María Antonieta Saa (2012), componente da organização, explicou que o grupo foi desfeito após sofrer expulsão da *Concertación de Partidos por la Democracia*. Depois dessa desintegração, a *Concertación* criou uma frente sob seu comando e nomeou Soledad Larraín, já abordada nesta investigação, para coordena-la.

“Nosotras fuimos paralelas a la Concertación hasta que les molestamos, que les robamos protagonismo y nos echaron. Nos echaron de la campaña. Habíamos estado bastante presentes, hasta que en determinado momento la Concertación nos dejó fuera: volvieron los departamentos femeninos de las mujeres y ahí se deshizo (el CMD)”, recuerda Saa. En seguida, la Concertación formó un departamento dentro de su comando, nombrando a la socialista Soledad Larraín a cargo. “Ahí sí sirvió nuestro programa, nuestra agenda, pero ya nosotras estábamos expulsadas”, recuerda entre risas nostálgicas la actual diputada PPD (RUBIO, 2012, p. 25).

Lembramos que Soledad Larraín (1988), concedeu uma entrevista para *Mensaje*, que está disponível em nossa fonte analisada no tópico anterior. Nesse momento, se apresentou como diretora do *Instituto de la Mujer* e salientou o sentimento de união entre mulheres fomentado pela instituição. É difícil saber com precisão as discordâncias internas que desencadearam a ruptura entre a CMD e a *Concertación*. Porém, pressupomos que o protagonismo nacional e internacional conquistado pelos movimentos feministas possa ser um deles. Sabemos que o conservadorismo moral latino-americano se expressava em inúmeras organizações progressistas, algo que foi criticado pelas intelectuais que publicaram na revista.

É digno de atenção que, muito provavelmente, os conflitos entre as próprias feministas podem ter contribuído para o aprofundamento das divergências entre os movimentos de mulheres e partidos políticos. Afinal, muitas delas seguiam a linha política socialista e o projeto materializado na CMD optou pela conciliação de classes com a burguesia que, em contextos anteriores, apoiou o golpe contra Salvador Allende. O trecho abaixo é mais um relato que indica a

presença da discussão entre agir dentro da institucionalidade, algo requisitado pela política partidária tradicional, ou prosseguir com os feminismos de forma independente.

| 363

Para Sandra Palestro, la creación de la CMD, así como su corta y accidentada vinculación con la línea partidista tradicional, no sólo marcó la aceptación de parte del movimiento de la lógica tradicional de la política partidaria, sino que terminó por dividir, quizás irremediabilmente, su espíritu original: “empiezan ahí ya a dividirse las aguas, a definirse más claramente cuál era nuestra participación en la democracia. Y claramente esa vertiente pensaba en la institucionalidad, en entrar a la institucionalidad, y otra corriente muy fuerte, más movimientista, planteaba la autonomía, y no formar parte del Estado. Allí también se produce el quiebre del movimiento feminista, porque muchas entran al gobierno, y otras se abstienen. Un movimiento que no se recuperó más: que se quebró ahí y nunca más se recuperó”, sentencia la investigadora, hoy inserta en el mundo del activismo, lejos de la institucionalidad oficial (RUBIO, 2012, pp. 25-26).

Segundo o nosso mapeamento, as produções feministas em *Mensaje* não se posicionaram sobre as contradições expressas no programa da *Concertación de Mujeres por la Democracia*. Muito menos, a sua posterior expulsão da *Concertación*. Como observamos, elas já fortificavam a ideia de integração e cooperação entre toda a população chilena antes do plebiscito de 1988. O clima de coletividade e organização também está presente em publicações que abordam organismos como o RIDEM - *Red de Información de los Derechos de la Mujer* que almejava oferecer capacitação e informação para as mulheres chilenas. A investigação desenvolvida demonstra que o impresso abraçou o projeto de consenso da *Concertación* e o promoveu para os seus leitores em conjunto com as exiladas. Nenhum veículo de comunicação é imparcial, certamente não foi por acaso que Josefina Rossetti, Mariana Aylwin e Soledad Larraín, indivíduos diretamente conectadas à CMD, participaram do corpo editorial da revista.

O vínculo de Josefina Rossetti (1989) com a organização também é comprovado pela declaração da *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia*, onde ela assina como secretária executiva da agrupação e pela autoria do livro *Tramas para un nuevo destino: propuestas de la Concertación*

de *Mujeres por la Democracia*²⁷. Já Mariana Aylwin, é a escritora do texto, *Una aproximación histórica: sobre la vocación política de las mujeres*, publicado em *Mensaje* no ano de 1990. O material resgatou o passado histórico e político das mulheres chilenas, usando da ideia de unidade como instrumento essencial para a consolidação da democracia. Destacamos que o artigo foi escrito quando o seu pai já havia tomado posse como presidente da República.

Para compreender as ações desempenhadas pelas exiladas chilenas precisamos ter em mente que o Estado ditatorial (1973-1990), projetou-se com toda a sua força econômica, política e institucional no período “democrático”. A Constituição da República de 1980, responsável por fortalecer e institucionalizar ainda mais o neoliberalismo implementado pelo sistema repressivo, segue em vigor no Chile. É por esse motivo que muitos consideram o país o palco do neoliberalismo na América Latina. Inclusive, Paulo Guedes, o ex-ministro da Economia de Jair Bolsonaro, trabalhou para a ditadura militar chilena e deixou explícito o desejo de impor um sistema econômico semelhante no Brasil.²⁸

Hoje a população do Chile conta com a privatização de serviços básicos de sobrevivência, o que afeta diretamente a sua qualidade de vida. Ter acesso a tratamento de água, sistema de aposentadoria, educação e saúde pública e gratuita é algo negado a inúmeras/os chilenas/os. De acordo com Verónica Valdivia (2015), a refundação capitalista neoliberal limitou as mobilizações populares, usando de um aparato eleitoral altamente criticado por vários setores sociais. Dessa forma, a centralidade do projeto político implantado pelo Estado

²⁷ *Declaración Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia*. Universidad Alberto Hurtado. Disponível em <https://archivopatrimonial.uahurtado.cl/declaracion-concertacion-nacional-de-mujeres-por-la-democracia-2>. Acesso em 15 de maio de 2024.

Tramas para un nuevo destino: propuestas de la Concertación de Mujeres por la Democracia. Disponível em https://bibliotecadigital.uchile.cl/discovery/fulldisplay?vid=56UDC_INST:56UDC_INST&tab=Everything&docid=alma991007888387303936&lang=es&context=L&adaptor=Local%20Search%20Engine&query=sub,exact,Mujeres%20--%20ASPECTOS%20JURIDICOS,AND&mode=advanced. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

²⁸ O laço de Paulo Guedes com os ‘Chicago boys’ do Chile de Pinochet. Instituto Humanistas Unisinos. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/584287-o-laco-de-paulo-guedes-com-os-chicago-boys-do-chile-de-pinochet>. acesso em 17 de fevereiro de 2025.

autoritário, possibilitou mecanismos para que a sua estrutura continuasse firme mesmo após a derrota eleitoral de seu líder patriarcal e personalista, Augusto Pinochet (LIMÓN, 2021; VALDIVIA, 2015).

Considerações Finais

Para Nelly Richard (2001), os movimentos feministas chilenos se restringiram no que tange à organização popular porque focaram em se integrar a ONG's e departamentos de estudos da mulher e de gênero. Observa-se que essa crítica pode ser estendida às exiladas chilenas atuantes em *Mensaje*. Apesar da linha política socialista, muitas delas restringiram as suas mobilizações de rua com o propósito de conquistar espaços em cargos do novo governo e instituições que pautavam a identidade de gênero.

No entanto, não podemos deixar de sublinhar a importância de organismos como o *Instituto de la Mujer* para o combate à violência contra a mulher, a promoção de políticas públicas de gênero e capacitação e formação para mulheres de diferentes campos sociais. Como ressaltado por Joana Maria Pedro (2024), muitas das exiladas estabeleceram contatos internacionais no exílio, o que foi fundamental para a consolidação desses projetos no retorno ao Chile:

Outro espaço de atuação foram as ONG's, nas quais muitas mulheres, especialmente as que tinham conhecido o feminismo fora de seu país por exílio ou banimento, trouxeram, em sua volta, contatos com órgãos financiadores internacionais voltados para atender as mulheres. Foi dessa maneira que surgiram ONG's envolvidas com a questão da violência contra as mulheres em diferentes países durante os anos oitenta e noventa (PEDRO, 2024, p.535).

É digno de nota que apesar do intuito de potencializar a participação das mulheres em partidos políticos construídos após o Estado ditatorial, uma pequena parcela das exiladas feministas, conseguiu se candidatar a cargos públicos e serem eleitas (PEDRO, 2024, p.535). Informação que diz muito sobre o machismo ainda presente na sociedade chilena e claro, nos segmentos de centro e esquerda. Acreditamos que a desmobilização e as rupturas internas dos

próprios movimentos feministas corroboraram para que o número de exiladas em cargos políticos não fosse tão significativo quanto o esperado.

| 366 Vale lembrar também que a campanha das mulheres foi essencial para a vitória do *No* no plebiscito de 1988. Não é errôneo dizer que os movimentos feministas chilenos foram uma das bases do processo de redemocratização, sendo o slogan *Democracia en el país y en la casa* um dos grandes marcos desse processo (BARRANCOS, 2022, p. 170; SEPÚLVEDA, 2013). Ademais, enfatizamos que a escolha por conciliar com a burguesia provavelmente consistia na única alternativa prática e imediata que essas mulheres entenderam como viável em um cenário de perseguições, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Por fim, reiteramos a importância do retorno das exiladas chilenas para a constituição e o fortalecimento dos movimentos feministas e da abertura democrática do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. 1.ed. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2002, 288 p.
- BELMAR, Luis; LEIVA, Miguel; MENARES, René. *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: silencios y reencuentros (1975-1988)*. Edição Revista Mensaje, Santiago do Chile, jul. 2015.
- BRITO, Ângela; VASQUEZ, Ana. *Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências*. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis - SC - Brasil, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1208>.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 1.ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 288 p, 2003.
- CARTES, Carolina. *Exiliadas chilenas: una aproximación de género en las memorias del exilio*. ÉNDOXA: Series Filosóficas, n. 44, 2019, pp. 155 - 184.



UNED, Madrid. Disponível em
<https://revistas.uned.es/index.php/endoxa/article/view/24388>.

CRUZ, María. *A Igreja Católica, a ditadura e os dilemas da memória no Chile*.

| 367

QUADRAT, S; ROLLEMBERG, D. (org.). In: *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 369-393.

DA SILVA OLIVEIRA, J. G. *¡Tenemos fúria! Demandas e reflexões do feminismo socialista chileno (1981-1986)*. Revista Feminismos, v. 12, n. 2, 2024.

GARCÍA, Marcela. *Itinerarios militantes, profesionales y familiares de exiliadas chilenas en Francia: un análisis en términos de relaciones sociales*. La Plata, 26, 27 e 28 de setembro de 2012. Disponível em
<http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar>.

JAMMET-ARIAS, Nathalie. *Mujeres en el exilio, ¿Mujeres libre?: el caso de las mujeres chilenas refugiadas en Francia a partir de 1973*. IV Jornadas de Trabajo Exilios políticos del Cono Sur en el siglo XX: agendas, problemas y perspectivas conceptuales, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Argentina, 2018.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: Las feministas y los partidos políticos*, 2.ed, Santiago, Cuarto Propio, 1986.

LARGO, Eliana. *50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto*. In: *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. Ed.1, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017, pp.99-135.

LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo, Editora Elefante, 2021.

LOWY, Michel. “O cristianismo da libertação na América Latina”. In: *O que é o cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*. Ed.1, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016, pp.73-140.

MARQUES, Gabriela. *As feministas na Igreja Católica: uma análise do Circulo de Estudios de la Mujer na Academia de Humanismo Cristiano do Chile (1979-1983)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011, pp.1-15. Disponível em



http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300857132_ARQUIVO_GabrielaMirandaMarquesST56.pdf.

ORTIZ, María; OSORIO, Marcela. *Operación Cóndor: historias personales, memorias compartidas*, Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2015. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cedocmuseodelamemoria.cl/wpcontent/uploads/2020/01/LIBRO-CONDOR-baja.pdf>.

PEDRO, Joana. Feminismos na América do Sul nos séculos XX e XXI. ARAUJO, Maria; ARAUJO, Rafael; PIMENTEL, Izabel. In: *História Política da América do Sul nos séculos XX e XXI*. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2024, pp.519-542.

PEDRO, Joana. *Trajetórias políticas em mudanças: tornar-se feminista no Cone Sul*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho, 2001.

REBOLLEDO, Loreda. *Mujeres exiliadas: con Chile en la memoria*. CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile, 2005. Disponível em <http://www.archivo-chile.com/>.

RICHARD, Nelly. *La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile*, 2001. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100914035407/15richard.pdf>.

ROJAS, Marisol. *Copihues entre orquídeas: mujeres chilenas exiliadas en Costa Rica (1973-2003)*. Revista Estudios, 2007, pp.171-185.

RUBIO, Patricia. *El género de la transición. Una historia de las políticas públicas con perspectiva de género en los gobiernos de la Concertación*. Santiago, Chile, dez. 2012, 137 p.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SEPÚLVEDA, Vanessa. Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990). Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género Nº 8 (Primavera-Verano 2013), p. 96-117. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

VALDÉS, Teresa. Las mujeres y la dictadura militar en Chile. FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), 1987.

VALDÉS, Teresa; WEINSTEIN, Marisa. *Mujeres que sueñan: las organizaciones de pobladoras en Chile: 1973-1989*. FLACSO, Santiago, 1993.

VALDIVIA, Verónica. *Pinochetismo e guerra social no Chile*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Dictaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121-141.

YANKELEVICH, Pablo. *Estudar o exílio*. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: História e Memória dos Exílios Latino-Americanos no século XX*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011, pp.11-30.

Fontes

- *El Instituto de la Mujer*, Mensaje, n.369, jun., 1988, p.225, pp.225-226.
- *La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia - Concertarse para tener una voz en política nacional*, Mensaje, n.379, jun., 1989, pp.220-221.
- NÚÑEZ, Núria. *Tú tienes que hacer algo positivo, un aprendizaje de esto y tirar para arriba*”. In: *Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional*. BUENO, Andrea; URREJOLA, Isidora; ARÁNGUIZ, Proyecto Financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Cultural y las Artes, Fondart Regional, Convocatoria 2018, Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. Fundación Instituto de la Mujer. Jun. 2019, pp.233-258.
- RUBIO, Patricia. *El género de la transición. Una historia de las políticas públicas con perspectiva de género en los gobiernos de la Concertación*. Santiago, Chile, dez. 2012, 137 p.
- Sentido de pertenencia. Nosotras en libertad. Disponível em <https://nosotrasenlibertad.com/libroweb/sentido-de-pertenencia/>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.